

O BRINCAR COMO ESPAÇO DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO PSICOLÓGICAS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Luís Fernando Barnetche Barth

Universidade Federal de Mato Grosso - Mato Grosso - Brasil

Larissa Introvini Mroginski

Universidade Federal de Mato Grosso - Mato Grosso - Brasil

Betânea Parreira Rezende

Universidade Federal de Mato Grosso - Mato Grosso - Brasil

Dilce Cervieri

Universidade Federal de Mato Grosso - Mato Grosso - Brasil

Jacqueline Silva Damaceno

Universidade Federal de Mato Grosso - Mato Grosso - Brasil

Karoline Rochelle Lacerda Peres

Universidade Federal de Mato Grosso - Mato Grosso - Brasil



Resumo

As situações de acolhimento institucional de crianças e adolescentes são medidas protetivas contra ameaças ou violações dos direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ainda que com o intuito de preservar a integridade do sujeito, o acolhimento institucional pode representar um perigo ao desenvolvimento psíquico por ser um evento traumático e por oferecer, em troca dos laços familiares, vínculos instáveis e relações afetivas apenas temporárias. O presente artigo relata a experiência de um projeto de extensão voltado às crianças e aos adolescentes de duas instituições de acolhimento do

município de Rondonópolis, Mato Grosso, no qual a equipe executora utilizou-se da manifestação das fantasias e da expressão de situações conflitivas a partir da proposição de atividades lúdicas variadas. O trabalho evidenciou diferentes formas de abandono experimentadas pelos acolhidos. Durante o período de desenvolvimento do projeto, observou-se o aumento da autonomia das crianças e adolescentes, maior capacidade de expressão, de elaboração de situações conflitivas e melhor integração com a equipe e os monitores.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Brincar. Prevenção. Intervenção.

Introdução

As situações de acolhimento institucional – ou de abrigamento, como muitas vezes ainda são chamadas –, embora objetivem proteger crianças e adolescentes de ameaças ou violações de seus direitos, garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), podem representar perigo ao pleno desenvolvimento psíquico infantil.

O acolhimento institucional tem, em princípio, capacidade de oferecer às crianças e aos adolescentes atendidos um ambiente propício ao seu adequado desenvolvimento, no qual as dificuldades e os conflitos familiares possam ser superados na medida em que os profissionais dedicados a esta atividade não repitam a mesma dinâmica familiar que levou a criança ou o adolescente à situação de acolhimento. Assim, muitos autores (BOWLBY, 1998; DOLTO, 1991; SPITZ, 2000; WINNICOTT, 1999) afirmam que o acolhimento institucional e o afastamento do convívio familiar podem trazer consequências ao desenvolvimento, especialmente quando este acolhimento não for acompanhado de cuidados adequados.

De acordo com o ECA, o acolhimento institucional é uma medida provisória e excepcional aplicável até que as condições adequadas de convivência com a família se restabeleçam ou como forma de transição para a colocação em família substituta. Entretanto, existem ainda instituições que acolhem mulheres vítimas de violência doméstica e nessas elas encontram amparo para si e seus filhos. Nesses casos, a experiência de acolhimento institucional continua sendo uma situação crítica na vida da criança, pois, ainda que ela permaneça vinculada à mãe e aos irmãos, o fato de estar longe de casa pode se apresentar como algo traumático, já que a transferência para uma instituição suscita

sentimentos contraditórios de amor e ódio em função do envolvimento afetivo com as figuras parentais e do conflito no qual está direta ou indiretamente envolvida.

A instituição de acolhimento, enquanto local de passagem, oferece vínculos instáveis e relações apenas temporárias, uma vez que as crianças serão atendidas por funcionários num esquema de revezamento que em nada lembra os vínculos familiares, ficando privadas, de maneira total ou parcial, de se vincularem emocionalmente com pessoas que tenham importância significativa no seu processo de desenvolvimento. Muitas crianças retornarão aos seus lares em alguns dias ou semanas, mas há casos em que a situação de acolhimento, aparentemente transitória, pode consumir boa parte da infância quando não se estende também pela adolescência, e, por isso, carece de uma melhor elaboração por parte do acolhido.

Além disso, o fato de as instituições muitas vezes privilegiarem a organização e a rotina pode reforçar ainda mais a dificuldade de vinculação e o fato destes sujeitos não verem a instituição como “seu lar”. Essa dificuldade também é apontada por Arpini (2003) que descreve como o ambiente institucional promove uma ruptura com o contexto familiar e com as experiências dramáticas vividas nele; contudo, em sua maioria, sem oferecer espaço para trabalhar esses sentimentos e a conseqüente expressão da individualidade. Em algumas instituições as roupas e os brinquedos são de uso coletivo e os dormitórios abrigam várias crianças. Nesta situação, é como se as crianças não morassem na instituição, pois não podem dizer que ali é a sua casa, o que as tornam “irresidentes”, nas palavras de Ferreira (2005).

Segundo Sequeira (2010), pode haver, por parte da instituição acolhedora, uma negação da história vivida pela criança antes de seu acolhimento. É como se a mesma fosse uma página em branco, sem marcas ou história. Ela deve ser um lugar de acolhimento onde a criança possa expressar seus sentimentos, trocar ideias, brincar e participar das decisões para que se sinta em casa, mesmo que provisoriamente. Assim, além de garantir alimentação, banho, cama, roupas limpas e acesso à escola, a instituição de acolhimento deve garantir à criança oportunidades para seu amplo desenvolvimento, o que inclui o afeto e o estabelecimento ou manutenção de vínculos com os cuidadores e com a família.

Outro fato não menos importante é quanto à ameaça à subjetividade da criança em função da perda de referências em seu processo identificatório. Há uma variedade de sentimentos suscitados por esta situação, como a angústia de ser reconhecido publicamente como abrigado, suportar o estigma desta posição e os aspectos nela envolvidos. De acordo com Parreira e Justo (2005, p. 176), ser abrigado significa:

(...) defrontar-se com a ausência de uma filiação, de um lugar próprio onde o sujeito possa reconhecer-se numa história, no tempo e no espaço, podendo visualizar seu posicionamento psicossocial primário. Um lugar que lhe assegure a possibilidade do desejo dentro dos parâmetros da lei, conectando-a assim com os outros e com a cultura de maneira geral.

A instituição pode e deve proteger a integridade de seus abrigados, mas não há garantias quanto aos processos psíquicos aí envolvidos. Parreira e Justo (2005) afirmam não ser raro que a criança não compreenda o porquê da medida protetiva e, muitas vezes, veja nela apenas a expressão da arbitrariedade do adulto até pela incapacidade de compreender plenamente os riscos envolvidos, devido ao seu desenvolvimento cognitivo. Assim, é possível que a criança responsabilize algum familiar pelo seu asilamento ou passe a se culpabilizar, imputando a si mesma as vicissitudes de seu destino.

Mesmo que a família de origem da criança possa significar dores físicas e psíquicas, tudo o que ela busca é o reencontro a fim de restabelecer sua filiação ou, no caso de uma adoção, o encontro com uma nova família estabelecendo uma nova filiação, o que favorece a inevitável tarefa de conhecer e, assim, poder simbolizar sua gênese.

O brincar como espaço de prevenção e intervenção

Farias e Speller (2008) descrevem que a criança, ao brincar, cria-se e se constitui, e caso apresente dificuldades na expressão lúdica é por não encontrar possibilidades de dar significado à sua própria realidade interna. O brincar facilita a elaboração de ideias, de relações lógicas e também da integração de percepções. Além disso, auxilia a resolução de problemas, estimula a criatividade e a autonomia, e insere a criança no mundo simbólico e na linguagem. Portanto, o brincar “(...) não deve ser reduzido a uma catarse, ou um mero divertimento, e nem se limita a uma descarga fantasmática compensatória, ou a uma atitude

regulada pelas defesas, e tampouco se pode reduzi-lo a uma formação do inconsciente.” (RODULFO, 1990, p. 91).

Para Levin (2007), o brincar possibilita à criança figurar, representar, esquecer e alhear-se no outro e, para isto, utiliza-se de brinquedos, personagens, bonecos, objetos, cores e desenhos. O brinquedo pode ser definido como um objeto instrumental, capaz de gerar inúmeros sentidos e imagens, estabelecendo a cena ficcional da criança, a partir da qual a criança poderá articular o seu desejo, fundando o infantil que a constitui como sujeito. Tomando-se o lúdico como a função na qual a materialidade do brinquedo dá lugar ao imaginário, necessário à existência subjetiva da criança, o brincar deve instaurar o tempo do “faz-de-conta”, organizando ou reabilitando o infantil na criança.

Segundo Rodulfo (1990), tudo que é significativo na estruturação de uma criança passa pelo brincar e, através dele, pode-se avaliar o estado de desenvolvimento simbólico de uma criança e sua constituição subjetiva. Quanto maiores as limitações da criança referentes ao brincar, maior será a gravidade psíquica; portanto, não há transtorno emocional que não se reflita no fazer lúdico.

Isto posto, entende-se que a situação de acolhimento institucional deva ser envolvida de todos os cuidados possíveis para prevenir quaisquer transtornos decorrentes dessa situação e, na medida do possível, intervir em situações patológicas já instaladas, levando-se em conta a subjetividade e as demandas apresentadas.

Laznik (apud TEPERMAN, 2004) define a prevenção como o diagnóstico precoce seguido da respectiva intervenção. Assim, pode-se dizer que a prevenção se faz no momento em que são detectados problemas precocemente, atuando-se em situações já instaladas com o intuito de reduzir os efeitos nocivos e sua possível reincidência.

Segundo Hutz et al. (2002), o estado de institucionalização, entre outras situações, pode maximizar os riscos a que crianças e adolescentes estão expostos. Pensando nisso, este trabalho teve o objetivo de oferecer um espaço lúdico onde os abrigados pudessem se expressar e melhorar o convívio entre eles e com os monitores, assim como abrir uma possibilidade de prevenir e intervir de forma pontual nas situações conflitivas emergentes.

A atividade de extensão

O presente relato de experiência refere-se às atividades do projeto de extensão intitulado “O Brincar como Espaço de Prevenção e Intervenção Psicológicas em Crianças e Adolescentes Abridados” desenvolvido no período de 2009-2010 nas instituições Associação Recanto Fraternal e Casa Abrigo Rotativa situadas, ambas, na cidade de Rondonópolis, Mato Grosso. No primeiro ano de projeto de extensão, alunos do curso de psicologia dividiram-se em duas equipes de extensionistas para atender às duas instituições e, no segundo ano, as equipes fundiram-se em uma única equipe para atender apenas à Casa Abrigo Rotativa.

A Associação Recanto Fraternal é uma instituição de acolhimento institucional para mulheres vítimas de violência doméstica ou em qualquer outra situação de risco. As mulheres são encaminhadas para lá provisoriamente até que a situação de risco seja remediada. No caso das mulheres que possuem filhos menores de sete anos, essas crianças permanecem na instituição juntamente com a mãe. Os filhos maiores de sete anos são encaminhados para a Casa Abrigo Rotativa.

A Casa Abrigo Rotativa é uma casa de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (de 0 a 17 anos e 11 meses), que pode ser provisório ou não, dependendo de cada caso. As crianças e adolescentes são encaminhados para lá quando há negligência por parte dos cuidadores, violência doméstica, abandono, entre outros. Nesta instituição, o trabalho voltou-se, principalmente, para as crianças e os adolescentes que permaneciam na Casa Abrigo também nos finais de semana.

Os objetivos da atividade de extensão eram: acolher as crianças e os adolescentes que chegavam à instituição, promovendo a integração social com os demais acolhidos e funcionários; efetuar atividades lúdico-educativas, valorizando a expressão da criança e do adolescente; promover a prevenção, através do brincar e da expressão oral, de possíveis conflitos ligados à situação de acolhimento; quando na presença do cuidador e dos irmãos, garantir o estreitamento dos laços familiares, especialmente a consolidação do vínculo cuidador-criança; e, intervir, sempre que possível e de forma pontual, em situações conflitivas já instaladas.

O projeto visou ao oferecimento de atividades lúdico-educativas e de verbalização com o intuito de promover a livre expressão das crianças e os adolescentes abridados pelas

instituições citadas, respeitando sempre as faixas etárias e o desejo de cada um. Ou seja, as propostas não eram impostas nem obrigatórias, pois as crianças e adolescentes participavam de acordo com a sua vontade. Nas duas instituições, as atividades eram realizadas aos sábados pela manhã, exceto aos feriados. O registro das atividades foi feito por meio de um formulário no qual os extensionistas relatavam tudo o que havia acontecido no dia, assim como a quantidade de crianças e a idade de cada uma.

As atividades realizadas também levaram em conta a infraestrutura e as características ou peculiaridades de cada instituição. Foram oferecidas: atividades lúdicas livres, leitura de estórias infanto-juvenis com dramatização e discussão, confecção de artesanato com sucata, confecção de instrumentos musicais, canto, desenho, pintura, jogos infantis, modelagem em argila e massa de modelar, passeios e outras atividades que se mostraram produtivas.

O relato desta experiência de extensão é baseado na descrição das atividades e nas observações feitas pelos extensionistas nas fichas de atividades preenchidas após cada um dos encontros.

Ao iniciar as atividades do projeto, percebemos que nas duas instituições havia carência de atividades lúdicas destinadas às crianças e aos adolescentes acolhidos, principalmente aos sábados pela manhã, já que durante a semana eles iam para creches, escolas e também para projetos sociais do município. Uma situação vivida na instituição de acolhimento está relacionada ao “apadrinhamento”, no qual pessoas da comunidade sensibilizadas com essa situação ficam responsáveis por proporcionar a estas crianças e adolescentes um momento em que eles possam sair da instituição e viver experiências de convívio familiar. O presente projeto foi pensado, justamente, para as crianças e adolescentes que não possuem padrinhos ou que estão com suas mães, pelo fato de eles permanecerem dentro da instituição nos finais de semana, oferecendo-lhes atividades que pudessem proporcionar um momento lúdico e de integração.

O diferencial desse trabalho foi oferecer às crianças e aos adolescentes um espaço no qual eles pudessem se expressar livremente e, com isso, na medida de suas necessidades singulares, possibilitar o acesso aos conteúdos latentes expressos através das atividades, o

que, por si só, já é uma das características do brincar, observando-se que a psicoterapia *stricto sensu* não era o objetivo dessa atividade de extensão.

As intervenções pontuais realizadas pelos alunos de psicologia eram discutidas em reuniões semanais com o professor orientador, também psicólogo e psicanalista. Tendo em vista que as atividades de extensão eram sistemáticas, um maior conhecimento das questões dos abrigados deu-se de forma paulatina. Ressalte-se o fato de que, por questões legais, a equipe não tinha acesso aos prontuários de cada acolhido.

Por meio do diálogo, foi possível trabalhar de forma a prevenir e intervir nesses conteúdos conflituos a partir da escuta e do questionamento dos elementos trazidos, bem como de alguma orientação necessária e, assim, proporcionar uma atenção voltada para o desenvolvimento psíquico dos acolhidos, visto que os cuidados básicos como alimentação e higienização eram de responsabilidade dos monitores (LAZNIK apud TEPERMAN, 2004; HUTZ et al., 2002).

As atividades oferecidas eram, conforme relação de atividades elencadas anteriormente, previamente elaboradas pelas equipes de extensionistas. Porém, a participação das crianças e adolescentes não era obrigatória e, no começo, as atividades eram realizadas de forma planejada, já que havia, por parte dos acolhidos, uma dificuldade de organização e de expressão espontânea. Com a continuidade do trabalho, percebeu-se uma evolução em ambas as instituições: as crianças e adolescentes passaram a participar mais e a propor novas atividades, além de, muitas vezes, escolher uma atividade alternativa à programação proposta. Um exemplo de experiência vivenciada pela equipe de extensionistas foi a de haver programada a confecção de mandalas, usando caixas de papelão, papel crepom e cola, com o intuito principal de promover a livre expressão, observando-se o fato de se oferecer atividades diferentes, evitando-se o uso repetitivo de técnicas e materiais. Entretanto, quando as crianças se depararam com as caixas, fizeram dessas, casas e carros. As mandalas não foram feitas, porém a brincadeira criada pelas crianças proporcionou um momento muito rico de integração entre todos os envolvidos, além de estimular o imaginário e a criatividade de cada uma delas. Esta foi uma das primeiras brincadeiras que as crianças organizaram a partir do material oferecido, sem a participação dos extensionistas, mostrando o início de uma autonomia frente ao brincar.

Outro aspecto evidenciado foi referente aos monitores das duas instituições. No início, o trabalho era entendido como um momento de recreação, ficando as crianças aos cuidados das equipes de extensionistas. No decorrer do tempo, os monitores passaram a participar desse momento, integrando-se de forma mais efetiva e até mesmo propondo novas atividades, oferecendo jogos pedagógicos e outros materiais com a finalidade de inserir as atividades de extensão na rotina dos acolhidos. Apesar de não ser o objetivo deste projeto, um espaço de escuta foi proporcionado também aos cuidadores, os quais viram nesse uma forma de expor suas dificuldades diante do trabalho, assim como expectativas e desabafos em relação às crianças. A partir dessa demanda, viu-se a necessidade de haver um trabalho voltado para esses profissionais que trabalham em instituições, principalmente para os que lidam com situações de acolhimento institucional.

O trabalho realizado nas duas instituições de acolhimento suscitou as seguintes observações, as quais podem servir de contribuição a futuras pesquisas na área. Pôde-se perceber a inibição das crianças e a dificuldade de vinculação por parte dos adolescentes. Isso se dá pela própria situação de abandono vivenciada pelos abrigados, tanto os que foram retirados de suas famílias, quanto os que mantiveram algum vínculo familiar, porém longe de suas casas e comunidades. A partir do trabalho, detectaram-se três situações nas quais o abandono está estritamente ligado à formação de vínculo na instituição, por parte dos funcionários e dos acolhidos. A primeira refere-se ao caso de funcionários que são afastados da instituição por questões políticas, pessoais ou mesmo institucionais. Esse afastamento pode ser sentido pelas crianças e adolescentes como abandono e, por isso, muitos funcionários evitam que um vínculo maior se estabeleça, a fim de preservar tanto o abrigado quanto a si próprios de uma possível perda afetiva. Segundo Ferreira (2005, p. 135),

Na frieza impessoal de uma instituição às vezes sem compreender ou sem saber de sua história, a criança fica psicologicamente muito desamparada e constrói várias modalidades de resposta, muitas marcadas pela angústia, por sintomas ou até mesmo um enlouquecimento. A desproteção causada sobretudo pela grande rotatividade dos cuidadores, pela falta de um interesse particularizado, pela ausência de consideração de sua singularidade, é um evento que conta muito na estruturação psíquica do sujeito.

Na segunda situação, ao deixarem a instituição por adoção ou pela guarda requerida por algum familiar, quem sente o abandono é aquele que permanece na instituição, uma vez que revivencia sua própria situação de abandono. Por fim, como terceira modalidade, observou-se casos cujas crianças passam a viver com uma família por um período, para só depois serem efetivamente adotadas. Nesse período, a criança cria vínculos com esta que poderá vir a ser a sua nova família, porém, a experiência mostra que, em muitos casos, a adoção não é concretizada e ela acaba “devolvida” à instituição. Em relação a esta situação, Ferreira (2005, p. 142), afirma que:

Não seria dispensável dizer, dada a sua obviedade a cena traumática que esse gesto gera para a criança. Suas fantasias de que não tinham valor para os pais biológicos se realizam neste abandono já que, em casos como esse não cabe mais pensar em renúncia. A criança se sente objetalizada e pior, um objeto sem valor, o que constitui uma experiência de devastação.

Com isso, o abandono sentido pela criança mistura-se a um sentimento de culpa, uma vez que essa criança acaba responsabilizando-se pelos fatores que causaram a sua não adoção, ainda que, muitas vezes, a razão disso não esteja relacionada à própria criança ou adolescente.

Segundo Dantas (apud FERREIRA, 2005), a situação de acolhimento institucional é caracterizada por uma experiência de perda de um objeto, real ou fantasiado, a qual ocasiona um sofrimento psíquico. Assim sendo, “tais experiências põem em risco toda a capacidade de um indivíduo para estabelecer vínculos afetivos, pois o ego pode reagir às perdas, recrudescendo as defesas contra as catexias objetais, e as tendências de ligação”. (DANTAS apud FERREIRA, 2005, p. 24). Observou-se que os adolescentes atendidos na Casa Abrigo Rotativa possuíam dificuldade para estabelecer vínculos por saberem como esses podem ser facilmente rompidos. Neste sentido, eles utilizavam a não vinculação como uma defesa, isto é, rejeitavam antes mesmo de ser rejeitados.

Um exemplo deste aspecto foi a observação de que os adolescentes, inicialmente, apresentaram agressividade com relação ao trabalho dos extensionistas. Membros da equipe, principalmente os homens, chegaram a ser alvos de chutes de bolas “inintencionais”, de tapas “de brincadeira” e da tentativa de brincar de luta, porém, os alunos de psicologia não revidaram as agressões e, tentando minimizar a hostilidade inicial,

continuaram a realizar os trabalhos e a convidá-los a participar. Outra demonstração clara de agressividade foi a modelagem, por parte dos acolhidos, de enormes símbolos fálicos quando da primeira vez em que foi oferecida argila como material de expressão livre.

Com a continuidade e a presença semanal da equipe na instituição, foi-se estabelecendo um vínculo com os extensionistas. Os adolescentes passaram a interagir mais, encontrando no espaço de escuta voltada a seus conflitos e expectativas a oportunidade de manutenção de um vínculo seguro.

Sempre foi uma preocupação de a equipe manter a periodicidade do projeto, ou seja, a pontualidade e a responsabilidade em estar presente em todos os dias de atividade, visto que essa ausência era sentida pelos acolhidos atendidos. No decorrer do trabalho, foi visto que outras entidades realizavam uma programação de cunho social e filantrópico, também voltada para estas crianças e adolescentes. Porém, essas programações eram esporádicas, nas quais ofereciam uma atenção momentânea e sem continuidade, fazendo com que os acolhidos se vinculassem de forma superficial. Essas atividades eram positivas por lhes proporcionar um dia diferente. Entretanto, percebeu-se na prática como a continuidade do projeto fortalecia o vínculo afetivo entre as equipes dos extensionistas e os acolhidos, proporcionando uma atenção singularizada para cada um deles. Como exemplo, num determinado sábado, uma entidade realizou uma atividade recreativa na instituição Casa Abrigo Rotativa, na qual todos os funcionários dessa entidade estavam presentes na ocasião. Eles montaram uma grande estrutura recreativa, ofereceram presentes e também uma alimentação diferenciada. Quando a equipe de extensionistas chegou ao local e percebeu que aquele evento estava acontecendo, pois não fora comunicada com antecedência, preferiu não realizar a atividade programada, a fim de que os funcionários dessa entidade e as crianças e adolescentes pudessem ter uma integração maior. Entretanto, os acolhidos avistaram a equipe, convidando-os a participarem deste momento. O convite realizado aos extensionistas foi como uma confirmação do vínculo que já estava estabelecido.

O vínculo afetivo, juntamente com as atividades executadas, foi um facilitador para o desenvolvimento psicomotor e a fala das crianças menores, já que atrasos foram observados. Na instituição Recanto Fraternal, acompanhou-se o caso de uma menina com

dois anos de idade que se encontrava em estado catatônico: sentada em uma cadeira de madeira com olhar perdido, sem demonstrar interesse com o ambiente ao redor. Apesar de já ter idade e estrutura física para andar, ela ainda engatinhava. Com o trabalho da equipe, em três semanas ela já estava dando seus primeiros passos e ficando de pé sozinha. O trabalho foi feito de forma a despertar o interesse dessa criança para o ambiente que a envolvia e, ao mesmo tempo, dar suporte e apoio com o simples ato de segurar suas mãos para que ela pudesse ficar de pé e mudar seu campo visual. Esta intervenção pontual visava ao desenvolvimento psicomotor e psicológico da criança, ao mesmo tempo em que mostrava à mãe, em ato, como ela poderia exercer a função materna. Quanto à importância da função materna, a qual deve ser exercida por qualquer cuidador, temos que:

O investimento libidinal, resultante da interação atenta e cuidadosa por parte do adulto que exerce a função materna – denominada por Winnicott (1988) de *holding* – levará a criança a constituir uma identidade subjetiva que conterá as marcas dessas relações inaugurais estabelecidas com o mundo externo. (ALBORNOZ, 2006, p. 18)

Esse trabalho de apoio poderia ser feito pelo vínculo materno, visto que, nessa instituição, as crianças permanecem com suas mães. Porém, as situações de violência física, moral ou psicológica, vividas pela maioria dessas mulheres, fragilizaram-nas emocionalmente e, com isso, os vínculos afetivos com seus filhos também se tornaram precários. A instituição de acolhimento tem a função de amparo, onde ela pode se estabilizar e, posteriormente, voltar à sua comunidade e casa com seus filhos. O que a equipe de extensionistas notou foi, justamente, como a criança também acaba ficando desamparada. Por isso, a importância de o projeto abrir esse espaço de interação, voltando à atenção para essas crianças e intervindo de forma positiva no desenvolvimento físico e psicológico. As atividades de extensão tiveram como consequência a integração de monitores e mães com as crianças atendidas. Durante o projeto, notou-se que esses vínculos foram restabelecidos e, enquanto durou o trabalho da equipe, procurou-se fortalecê-los.

O projeto de extensão, ainda que de uma abrangência limitada, permitiu a ampliação da capacidade de expressão e o manejo de situações conflitivas a partir do brincar, contribuindo, assim, para o bem-estar psicológico das crianças e dos adolescentes atendidos. As equipes de extensionistas viram a necessidade de um trabalho voltado para a

situação de acolhimento institucional, dentro da qual há muitas variáveis de difícil manejo, o que redundou no oferecimento de um projeto de estágio para os estudantes de psicologia na Casa Abrigo Rotativa. De maneira geral, a realização do projeto foi positiva por ter conseguido atingir os objetivos propostos e outros não previstos, que foram acolhidos pela equipe.

PLAYING AS A SPACE FOR PSYCHOLOGICAL PREVENTION AND INTERVENTION IN CHILDREN AND ADOLESCENTS IN RESIDENTIAL CARE

Abstract

Placing children and adolescents in child residential care is a protective measure against threats to or violations of rights guaranteed by the Statute of the Child and Adolescent (ECA – Brazil). However, although the objective is to preserve the integrity of the individual, the act of placing the child or adolescent in a residential care can represent a danger to psychic development due to the fact that it may be a traumatic event and that it offers, in exchange for family ties, instable bonds and affective relationships which are only temporary, at best. The present article relates the experience of a university extension program geared towards children and adolescents living in two residential cares in the city of Rondonópolis, Mato Grosso, in which the team responsible for the project made use of the manifestation of fantasies and the expression of conflictive situations by proposing various ludic activities. The work evidenced three different forms of abandon experienced by the sheltered individuals. During the time in which the extension project was developed, was observed an increase in the autonomy of the children and adolescents, a greater capacity of expression and elaboration of conflictive situations, as well as better integration with the team and its monitors.

Keywords: Children and adolescents in residential care. Play. Prevention. Intervention.

EL JUEGO COMO ESPACIO DE PREVENCIÓN E INTERVENCIÓN PSICOLÓGICAS EN NIÑOS Y ADOLESCENTES EN ACOGIMIENTO INSTITUCIONAL

Resumen

Las situaciones de acogimiento institucional de niños y adolescentes son medidas protectivas contra amenazas o violaciones de los derechos garantizados por el Estatuto del

Niño y del Adolescente (ECA). Aunque con el intuito de preservar la integridad del sujeto, el acogimiento institucional puede representar un peligro para el desarrollo psíquico por ser un evento traumático y por ofrecer, en pago de los lazos familiares, vínculos inestables y relaciones afectivas sólo temporales. El presente artículo relata la experiencia de un proyecto de extensión direccionado a niños y a adolescentes de dos instituciones de acogimiento del municipio de Rondonópolis, Mato Grosso, en el cual el equipo ejecutor utilizó manifestaciones de disfraces y de expresiones de situaciones conflictivas a partir de proposiciones de actividades lúdicas variadas. El trabajo evidencio diferentes formas de abandono experimentadas por los acogidos. Durante el periodo del desarrollo del proyecto, se observó el aumento de la autonomía de los niños y adolescentes, mayor capacidad de expresión y de elaboración de situaciones conflictivas y mejor integración con el equipo y con los monitores.

Palabras clave: Niños y adolescentes en acogimiento institucional. Juego. Prevención. Intervención.

Referências

ALBORNOS, A. C. G. As Origens do psiquismo: percurso teórico. Em: *Psicoterapia com crianças e adolescentes institucionalizados*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. v. 1.

ARPINI, M. D. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia Ciência e Profissão*, n. 21, n.3, p. 70-75, 2003.

BOWLBY, J. *Cuidados maternos e saúde mental*. 2 ed. Porto Alegre: WMF Martins Fontes, 2006.

DOLTO, F. *Quando os pais se separam*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

FARIAS, A. G. ; SPELLER, M. A. R. *O brincar na psicanálise e na educação*. Cuiabá: EduUFMT, 2008.

FERREIRA, T. Adoção: mitos, dilemas e equivocções. In: FERREIRA, T. (Org.). *A criança e a saúde mental*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005, p. 129-150.

HUTZ, C. S.et al. (Org.). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

LEVIN, E. *Rumo a uma infância virtual ?*: a imagem corporal sem corpo. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PARREIRA, S. M. C. P. e JUSTO, J. S. A criança abrigada: Considerações acerca do sentido da filiação. *Psicologia em Estudo*, v. 2, n. 10, p. 175-180, 2005.

SPITZ, R. A. *O primeiro ano de vida*. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

WINNICOTT, D. W. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RODULFO, R. *O brincar e o significativo: um estudo psicanalítico sobre a constituição precoce*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

ROZA, E. S. *Quando o brincar é dizer: a experiência psicanalítica na infância*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

SEQUEIRA, V. C. . Abrigo e afetividade I. *Portal dos direitos da criança e adolescente*, site, p. 1 - 1, 06 nov., 2010.

Disponível em: <<http://www.direitosdacrianca.org.br/midiateca/artigos/abrigo-e-afetividade-i/?searchterm=abrigo>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

TEPERMAN, D. W. A creche atravessada pela Psicanálise. In: *COLOQUIO DO LEPSI IP/FE-USP*, n.5., 2004, São Paulo.

Disponível:http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032004000100022&script=sci_arttext. Acesso em: 8 out. de 2010.

Recebido em: 23-11-2011.

Aceito em: 09-10-2012.

Sobre o autor: *Luís Fernando Barnetche Barth* Psicanalista, Psicólogo, Doutor em Psicologia (UFRGS), Professor Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus de Rondonópolis. E-mail: luisfernandobbarth@gmail.com

Larissa Introvini Mroginski, bolsista de extensão e estudante do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus de Rondonópolis.

Betânea Parreira Rezende, bolsista de extensão e estudante do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus de Rondonópolis.

Dilce Cervieri, bolsista de extensão e estudante do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus de Rondonópolis.

Jacqueline Silva Damaceno (UFMT), bolsista de extensão e estudante do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis.

Karoline Rochelle Lacerda Peres, bolsista de extensão e estudante do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus de Rondonópolis.